

Infelizmente, essas 20 famílias dos bairros Gaivotas, Cibra-tel e Grandesp hoje estão só chorando, porque, se pescarem, como venderão? Vão ligar a geladeira onde? Se não havia autorização, quem autorizou a colocação de um poste de iluminação e a ligação da água? Se foi o outro prefeito, então ele autorizou, ainda que de forma precária, a utilização por essas pessoas. Afinal, se elas tivessem condições de pagar um aluguel para montar uma peixaria, estariam em outro local. Precisamos resolver isso rapidamente, porque daqui a alguns dias, se a moda pegar, aquilo que já está estabelecido há vários anos pode ser retirado.

Em Mirassol aconteceu algo parecido. O Dnit chegou lá com uma notificação de um juiz, que não sabemos de onde é, e ia demolir uma casa que foi construída, há 80 anos, a seis metros da linha férrea. O dono se amarrou ao portão e chamou as autoridades. Nós chamamos a imprensa local e até hoje, por incrível que pareça, a casa dele está lá, bonitinha, arrumadinha. A mãe dele, com 80 anos, está dentro da casa dela. Deram autorização para a construção há 80 anos e agora, de uma hora para outra, querem destruir o que uma pessoa levou a vida inteira para construir.

Neste momento, em que estamos querendo gerar empregos, os prefeitos precisam ter o mínimo de sensibilidade. Os órgãos fiscalizadores precisam pensar um pouco em como ficarão essas famílias, seus filhos, as contas que virão. Conversamos agora com o Marcos, que é diretor de Pesca e Aquicultura do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para que ele verifique o que realmente aconteceu, para que os deputados da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura desta Casa possam fazer uma visita a essas pessoas.

Vamos tentar sensibilizar o Governo do Estado de São Paulo, o governo federal. Nós temos os caminhos usados para a venda de peixes nas feiras livres, quem sabe conseguimos uns dois ou três caminhos para que essas famílias possam vender seu pescado? A maior produção deles é agora, a maior venda é agora. Nós não podemos limitar essas pessoas a talvez perder o recurso do ano inteiro para que mantenham suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, espero que possamos realmente verificar o que aconteceu e nos unir para ajudar essas famílias da cidade de Itanhaém. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns, nobre deputado Sebastião Santos. Como médico, sei que peixe é saúde, por isso o pronunciamento de V. Exa. em defesa da pesca é muito importante.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

\* \* \*

- Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, como vice-líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. ENIO TATTO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, como fez o nobre deputado Marcos Martins, também quero repercutir uma atividade da bancada do Partido dos Trabalhadores, efetuada hoje pela manhã, das 11 às 13 horas, que foi um contato com a população para discutir, para divulgar e distribuir o material sobre o desmonte da Previdência.

A bancada reuniu-se na Praça Ramos para realizar essa atividade. Como é importante nós conversarmos com a população, dialogar com a população. É incrível o tanto que o povo está preocupado com essa matéria que pode ser votada a qualquer momento na Câmara Federal e, posteriormente, no Senado.

A população não tem informação sobre o que está acontecendo, do tanto que esse projeto que tramita em Brasília vai mexer com a vida delas.

Podemos perceber o interesse do povo. Na medida em que iamos falando, explicando e dialogando, iamos distribuindo o material. Era muito difícil uma pessoa passar por ali e não pegar o material que iamos distribuindo; não é verdade, deputado Marcos Martins?

Olha que hoje não está bom para a classe política sair às ruas. Mas nós percebemos o contrário: todos vinham pegar o material, vinham conversar, vinham tirar dúvidas. E nós tentávamos explicar a situação a eles, que não acreditavam que é isso realmente que está acontecendo em Brasília. Eles não acreditam que é isso que o Governo Temer está prestes a fazer. Um Governo ilegítimo, que chegou ao poder através de um golpe apoiado pelo PSDB, que perdeu as eleições, mas hoje está no Governo junto com o Temer. O propósito de tirar a Dilma Rousseff, para tirar o Partido dos Trabalhadores do Governo, era para fazer isso aqui. Uma das principais medidas vai ser o desmonte da Previdência.

Eles não têm noção do tanto que isso vai prejudicar as mulheres, que vão se igualar ao tempo de contribuição dos homens, que têm que trabalhar até os 65 anos de idade. Não conseguem entender essa mudança e colocavam para nós o seguinte: “mas deputado, a mulher trabalha duas ou três vezes até a mais do que o homem, se desgasta mais, e vai se igualar ao homem?”

Outra coisa que vieram pedir é para ver com atenção a situação do trabalhador rural. Quem trabalhou na roça, na área rural, sabe da dificuldade que é a pessoa trabalhar no sol, na chuva, no frio, no calor, o tanto do desgaste físico desse trabalhador. Essa pessoa contribui quando ela vende o seu produto, através da nota fiscal, tem a contribuição. Agora ela vai ter que trabalhar e pagar mensalmente. Isso é quase impossível para o agricultor. Além disso, tem a questão da idade. Ele dificilmente vai se aposentar. A pessoa que começa a trabalhar hoje, o jovem filho de agricultor, o filho de um trabalhador na Região Metropolitana de São Paulo, até os 65 anos, vai ter que contribuir 49 anos; dificilmente ele vai conseguir se aposentar.

Então, todos esses detalhes e truques que estão dentro desse projeto não são do conhecimento da população. E eles dizem “mas que bom que vocês vieram para a rua”. E perguntavam “por que os outros partidos não fazem a mesma coisa? Por que eles não vêm dialogar com a população, vem falar a verdade para a população para explicar o que significa esse desmonte chamado reforma da Previdência?” Eles sabem que os filhos deles vão sofrer, os netos vão sofrer, os parentes vão sofrer. Não tem uma família sequer que não vai ser atingida com essa reforma da Previdência da forma como se tem dito. Todos vão sofrer. E isso vai prejudicar quem? Serão as classes privilegiadas, que não precisam da Previdência, que têm uma Previdência complementar? Não, vai prejudicar 85 a 90% da população que depende da Previdência e que normalmente se aposenta com salário mínimo e que vai ter uma dificuldade enorme de se aposentar.

Hoje, o cidadão contribui por 35 anos e se aposenta; bem ou mal ele se aposenta. O cidadão que começa a trabalhar hoje com 16 anos de idade vai precisar trabalhar 49 anos. A mulher vai ter que trabalhar pelo menos até os 65 anos, ininterruptamente. Sabem que, com 13 milhões e meio de desempregados, é muito difícil trabalhar sem interrupção por todo esse período de 49 anos.

Na bancada do Partido dos Trabalhadores, cada um estava fazendo um trabalho, individualmente, nos seus bairros, nas suas cidades. Nós tivemos essa atividade em conjunto. Vamos repetir isso. Parabenizo o líder Alencar Santana Braga e a líder da Minoria Marcia Lia por essa atividade.

Como é bom conversar com a população, dar-lhes explicações e ouvir seus anseios, necessidades e preocupações! Essa questão da Previdência está na cabeça de todo mundo. É uma preocupação geral. Vai ser uma tragédia se aprovarem essa reforma - ou esse desmonte - da Previdência, do jeito que é.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pelo SD.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim pelo Art. 82, pelo SD.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade, dois assuntos chamam a atenção.

Primeiramente, menciono a reforma da Previdência, da maneira que está sendo apresentada. Acho um desastre, principalmente, igualar o tempo de contribuição das mulheres. Nós, deputados, temos que pensar seriamente nesse assunto e fazer com que as nossas bancadas junto ao Congresso tomem uma decisão para isso não ser votado da maneira em que está posto.

Outro assunto que chamou a atenção foi aquele mencionado pelo deputado Sebastião Santos, sobre esse desmanche que se está fazendo das peixarias em Itanhaém. Na realidade, eu sou de uma região ribeirinha do mar, próxima a Jericoacoara, a Praia da Baleia, no Ceará. Lá ainda é costume a canoa ou o barco chegar e acontecer a distribuição dos peixes do proeiro e do pilotoiro. Então, os peixes ainda são jogados no chão e marcados pelos seus rabos. O rabo inteiro do peixe é do mestre. O outro é do proeiro. É feita toda a divisão. Ali, eles se juntam, fazem a cooperativa e conseguem levá-los para o que chamam de “salgadeira” - que, na realidade, é uma geladeira -, para fazer a venda.

O que acontece? Um prefeito, porque ganhou a eleição contra outro, vem e desmonta aquele espaço que eles usavam para ter o pão de cada dia. Deputado Sebastião Santos, conte conosco. Vamos levar isso adiante. Nós assinamos, também, a Frente Parlamentar em Prol da Atividade Pesqueira do estado de São Paulo e precisamos dar-lhe apoio.

Hoje, estou usando a palavra para falar sobre a inauguração do Necrim. É o Núcleo Especial Criminal que foi inaugurado agora, às 12 horas, em Mogi das Cruzes. O nosso secretário estadual de Segurança, Máximo Alves, o delegado geral, Dr. Youssef, e o delegado seccional de Mogi, Dr. Marcos Batalha, estavam presentes nessa inauguração. Chamou a atenção a presença de vários juizes - inclusive, do juiz da Infância e Juventude, o Dr. Góia, que é uma pessoa que nós conhecemos há muito tempo. O secretário de Segurança foi promotor em Mogi. Até fiz um discurso, parabenizando, primeiramente, a Academia de Polícia, por dar esses cursos aos delegados, escrivães e todos que vão trabalhar no Necrim. Eles pegam as pequenas causas e fazem, ali, uma conciliação. Chamou a atenção o fato de que 90% das causas são resolvidas, evitando que se tenha uma demanda de ação judicial.

Ou seja, ela não chega a tramitar, é feito o BO e, a partir dele, percebe-se se o caso pode ser resolvido por meio de uma conciliação. Eles vão para esse espaço, que é o Necrim, lá ocorre uma conversa entre o delegado, o escrivão e psicólogos, que conversam e tentam ver se existe uma demanda.

Antigamente diziam que era uma ação de briga de galinha, de roubo de vizinhos, algo desse tipo, mas, hoje, o Necrim se especializa mais em acidentes automobilísticos e em conciliações de pequenas causas.

Os funcionários são preparados pela academia de polícia e estão de parabéns. Já são 46 instalados, três na Grande São Paulo. Parabenizo, porque, se podemos fazer uma conversa, uma conciliação, conseguimos resolver. Se estiver bom para as duas partes, está bom para a polícia.

Estamos com mais de 23 milhões de processos no estado de São Paulo. Sou médico, não entendo de direito, mas todas essas pessoas que vão trabalhar no Necrim passaram a ter certo conhecimento social, de direito, e vão fazer essa conciliação.

Gostaria, assim, de parabenizar o secretário, o governador e todos que estão instalando esses Necrims no estado de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Gian-nazi pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de, aqui, fazer um repúdio público, pela tribuna da Assembleia Legislativa, ao vereador do DEM, Fernando Holiday, que visitou escolas da rede municipal de ensino nesta semana, ameaçando os profissionais da Educação e dizendo que faria uma patrulha ideológica.

Segundo o vereador, os professores da rede municipal estariam fazendo doutrinação política e ideológica de esquerda, então, abusando da autoridade e das prerrogativas que tem, ele foi a duas escolas da rede municipal: a Escola Municipal Laerte Ramos e a Escola Municipal Constelação do Índio. Entrou nessas escolas e disse que queria ter acesso aos conteúdos e às metodologias utilizadas pelos professores e pelas professoras em sala de aula.

Primeiro que isso é abuso de autoridade, é crime. O vereador fiscaliza o Poder Executivo, mas não dessa maneira, ele não tem autoridade para entrar em uma sala de aula, para fiscalizar a metodologia do professor. Para isso temos o coordenador pedagógico, a direção, a Secretaria da Educação, já existe todo um procedimento que acompanha o processo pedagógico, e mesmo assim não há esse tipo de invasão, de policiamento e de patrulha em cima dos professores.

Na verdade, o que ele deseja é implantar aquele projeto chamado escola sem partido, que não passa da implantação da censura e da mordação em nossas escolas. Esse projeto já foi derrotado aqui na Assembleia Legislativa, foi apresentado por um deputado do PSDB que não está mais nesta Casa e foi derrotado, foi enterrado na Comissão de Educação. Eu apresentei um parecer contrário. O parecer foi, inclusive, aprovado por todos os membros da Comissão.

Essa proposta é inconstitucional. O próprio Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República já emitiu um parecer dizendo que a proposta é inconstitucional, agride a LDB, agride a Constituição Federal. O ministro Luís Barroso, do Supremo Tribunal Federal, soltou outro parecer em relação a uma lei aprovada na Assembleia Legislativa de Alagoas, dizendo que ela é inconstitucional. É uma proposta que não tem amparo legal, nem moral, ético e pedagógico, a tentativa de implantar censura, de patrulhar o trabalho pedagógico dos nossos professores, tanto das redes públicas, como também da rede privada.

Nós queremos fazer esse repúdio. Ontem, logo que tive acesso a essa denúncia, protocolei uma representação no Ministério Público Estadual e outra na Corregedoria da Câmara Municipal pedindo para que o vereador Holiday fosse investigado e punido por esse abuso de autoridade. No vídeo que ele gravou para seu próprio Facebook, ele disse que vai visitar escolas. Ele fala, todo orgulhoso, que visitou duas escolas na segunda-feira e que voltaria a visitar outras para fiscalizar os conteúdos que os professores estão desenvolvendo na rede municipal. Então, ele mesmo se entrega dizendo que fará isso novamente. Nós tomamos essas providências, já acionamos o Ministério Público Estadual, já acionamos a Corregedoria da Câmara Municipal.

Não vamos aceitar que esse vereador e que ninguém tenha esse comportamento nas nossas escolas públicas e privadas. A Constituição Federal garante, a LDB também, a liberdade de ensinar e de aprender, a pluralidade das concepções pedagógicas no Sistema Educacional Brasileiro. Nem os militares conseguiram implantar esse tipo de censura. Eles tentaram, mas não conseguiram. Registro o nosso repúdio total a esse tipo de comportamento.

Professor que está assistindo à TV Alesp, se ele for a sua escola, coloque-o para fora porque ele não tem o direito de entrar na sua escola. Ele não tem amparo nenhum para entrar na sua sala de aula e fiscalizar o seu conteúdo programático. É um absurdo. Fora, vereador Holiday. Ele tem que fiscalizar a falta de estrutura da rede municipal, a superlotação de salas, o desmantelamento das salas de leitura, de informática, o fechamento das brinquedotecas. Essa tem que ser a fiscalização dele, assim como eu faço na rede estadual. Eu vou às escolas estaduais denunciar a existência de 70 escolas de lata, a superlotação de salas, a violência nas escolas. E cobro o Governo. Ele tem que fazer o mesmo, isso sim é fiscalização do Poder Executivo. Patrulhar, policiar professores, coordenadores pedagógicos e diretores é covardia, abuso de autoridade e crime.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Sr. Presidente, gostaria de falar pelo Art. 82 pela liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos para falar pelo Art. 82 pela liderança do PRB.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - PELO ART. 82 - Quero ler a matéria que enviamos para a imprensa de um evento importantíssimo que acontece, neste momento, na cidade de Aparecida do Norte, onde mais de 1.400 pessoas estão participando, durante quatro dias - começou ontem e nós estívimos na abertura -, do evento em prol do Conselho Tutelar do Estado de São Paulo, com muitos estados participando. O Simpósio Nacional de Fortalecimento, que é o 2º Simpósio Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente - Etapa Sudeste, e o Encontro Nacional de Profissionais do Suas. O tema é o empoderamento da garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Esse evento está acontecendo na cidade de Aparecida do Norte, de 04 a 07 de abril, com minicursos ministrados por profissionais ligados às áreas de direitos humanos, conselheiros e ex-conselheiros tutelares, psicólogos, professores, entre outras autoridades do ramo. Aqui também podemos acrescentar os conselheiros de direito, que são pessoas do CMDCA e do Creas.

O evento obteve mais de 1.400 pessoas, que se dispuseram a participar. O objetivo do evento foi reunir conselheiros tutelares, ex-conselheiros, diretores, docentes, estudantes, profissionais do SUAS e todos aqueles que estão relacionados com a teoria e a prática do atendimento a crianças e adolescentes, com a finalidade de transmitir conhecimento, compartilhar experiências, discutir problemas e apresentar novos desafios que possibilitem o crescimento tanto do profissional quanto da política de proteção integral à criança e ao adolescente.

Isso é muito importante, porque é necessário aprimorar os conhecimentos sobre os direitos humanos das crianças e adolescentes, e os atos que estão vinculados aos três eixos do sistema de garantia de defesa, promoção e controle. É necessário o aprimoramento para que eles tenham melhores condições de desempenhar esse trabalho em prol da criança e do adolescente.

Já no ano de 2015 aconteceu em todo o Brasil a renovação de aproximadamente 80% dos conselheiros tutelares, os quais solicitam a formação continuada na garantia de direitos humanos de crianças e adolescente, como cursos de especialização. Essas pessoas foram eleitas, e hoje falta capacitação. Muitas vezes, as prefeituras estão quebradas, e o prefeito não tem condições de levar capacitação a eles.

Esse evento surgiu juntamente com essa finalidade, com a discussão do fortalecimento dos conselhos de direitos e considerando a necessidade de aprofundar a formação dos conselhos e os profissionais do SUAS.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, o Brasil tem 5.956 conselhos tutelares instalados em 5.559 municípios. No estado de São Paulo, são 647 conselhos tutelares instalados. Quero parabenizar os coordenadores desse importante evento, que acontece em Aparecida do Norte. São eles o Sr. Marcelo Nascimento, que atuou como coordenador geral da Política de Fortalecimento de Conselhos em Brasília, o Sr. Edinho Santana, que foi conselheiro tutelar e presidente do Condeca na cidade de São Paulo. O evento ainda contou com a presença da Sra. Andrea Santana, do Instituto Vida, do Sr. Marcelo Ferreira, do Condeca de São Paulo e do Dr. Paulo César, de Brasília, coordenador nacional da Política de Conselhos.

É importante ressaltar a vontade das pessoas que estavam participando. Quem estava participando? Os conselheiros e as pessoas ligadas aos conselhos dos municípios, que, muitas vezes, não tiveram preparo nenhum, mas lidam com uma lei que não têm conhecimento.

Quero deixar o convite aos demais deputados. Hoje as reuniões irão durar o dia inteiro, em Aparecida. Amanhã também haverá reuniões. Na sexta-feira, haverá uma grande roda de debates, com a definição de uma carta. Essa carta irá definir todo o trabalho desses quatro dias, levando-os ao governo federal, ao governo estadual, aos municípios ou a quem de direito. É muito importante termos esse conhecimento, porque se olharmos os números, mais de 40 mil crianças, hoje, ou estão desaparecidas ou vão desaparecer por conta de algum problema. Esses cursos aprimoram, dão condições de discussão e fazem o conselheiro perder o medo.

Executivo, Legislativo e Judiciário querem mandar no conselheiro. Isso não é correto. O conselheiro tutelar está lá por causa de uma política regida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei federal. E todos nós, independentemente de estarmos no Executivo, Legislativo ou Judiciário, temos de cumprir essa lei, garantindo realmente o direito dessas crianças e adolescentes. Quero deixar aqui nosso aplauso ao Marcelo, ao Edinho e a todos os participantes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Carlos Gondim.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, por permuta com o deputado Celso Giglio, tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

25 ANOS DA FEA-USP RP

Fachada da FEA-USP Ribeirão Preto

Welson Gasparini

No próximo dia 22 de abril a FEA-USP-RP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - atualmente dirigida pelo professor Dante Pinheiro Martinelli e tendo como vice-diretor o prof. Walter Beluzzo Júnior) estará completando 25 anos da sua instalação. É um evento digno de ser comemorado pois, nesses 25 anos de seu funcionamento, a nossa FEA se notabilizou pela qualidade do ensino nela ministrado formando profissionais do mais alto nível nas áreas de Economia, Administração e Contabilidade. A ideia da FEA-RP surgiu quando o prof. Roberto Macedo (então diretor da FEA-USP) recebeu do reitor José Goldemberg a missão de expandir aquela faculdade e, dentro desse objetivo, me procurou, em meados de 1989, no início do meu terceiro mandato como prefeito de Ribeirão Preto, obtendo, obviamente, rneu entusiasmado apoio. Afinal, qual cidade não se orgulharia em ter uma extensão da FEA em seu território?